

A FORMAÇÃO DE PROFESSORES E O DESENVOLVIMENTO DE HABILIDADES PARA A INCLUSÃO DE ALUNOS COM TEA NA REDE PÚBLICA DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Ana Paula Alves de Araújo Lins¹
Davi da Costa Almeida²

RESUMO

O presente estudo objetiva analisar o processo de formação de professores da rede pública da educação básica no que diz respeito ao desenvolvimento de habilidades necessárias para inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Com base na abordagem metodológica qualitativa, de natureza exploratória, esta pesquisa terá como procedimento principal a análise bibliográfica. Foram levantados dados por meio da consulta de documentos impressos, tais como livros, artigos científicos, teses, assim como fontes digitais, sítios eletrônicos institucionais. A pesquisa tem por finalidade o aprofundamento teórico do tema, construindo diálogos e conhecimento significativos a partir da fundamentação teórica de Gadotti (2000), Mantoan (2003), Miranda (2012), Papim (2020), Tardif (2012), Declaração de Salamanca (1994) entre outros. O estudo aponta para a formação dos professores e sua preparação no desenvolvimento das habilidades dos alunos com TEA no contexto da educação básica na rede pública. Os resultados deste estudo possibilitaram novas reflexões significativas e serviram de subsídios para as próximas investigações acerca da inclusão de pessoas com TEA.

Palavras-chave: Formação docente. Autismo. Inclusão.

ABSTRACT

This study aims to analyze the training process of teachers in the public basic education network with regard to the development of skills necessary for the inclusion of students with Autism Spectrum Disorder (ASD). Based on a qualitative, exploratory methodological approach, this research will primarily utilize bibliographic analysis. Data were collected through consultation of printed documents, such as books, scientific articles, and theses, as well as digital sources and institutional websites. The research aims to deepen the theoretical understanding of the topic, building meaningful dialogues and knowledge based on the theoretical foundations of Gadotti (2000), Mantoan (2003), Miranda (2012), Papim (2020), Tardif (2012), Salamanca Declaration (1994), among others. The study points to teacher training and their preparation in developing the skills of students with ASD in the context of basic education in the public network. The results of this study enabled significant new reflections and served as support for future research on the inclusion of people with ASD.

Keywords: Teacher training. Autism. Inclusion

¹Pedagoga atuando na educação básica – Escola Estadual Padre Bernardino Fernandes. E-mail: anaalveslimagg1234@gmail.com.

² Professor efetivo e vice-coordenador do curso em especialização em Atendimento Educacional Especializado (AEE) da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), lotado no Departamento de Ciências Humanas, campus Mossoró; doutor em Educação e em Filosofia, mestre Filosofia, graduado em Pedagogia (licenciatura) e Ciências Sociais (bacharelado) pela Universidade Federal do Ceará (UFC); graduado em Filosofia (bacharelado) pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). E-mail: davi.almeida@ufersa.edu.br.

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho de pesquisa originado no curso de Especialização em Atendimento Educacional Especializado (AEE) ofertado pela Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA, tem como título: a formação de professores e o desenvolvimento de habilidades para a inclusão de alunos com TEA na rede pública da Educação Básica. A problemática dessa pesquisa é refletir sobre a formação docente e o desenvolvimento de habilidades de alunos com TEA. Dessa forma, nos questionamos: como a formação de professores da rede pública da educação básica tem contribuído para o desenvolvimento de habilidades necessárias à inclusão integral de alunos com TEA? Essa problemática, de forma incipiente, visa investigar se os programas de formação inicial e continuada estão preparando os docentes para lidarem com os desafios da inclusão, utilizando abordagens que envolvam as diferenças, como consequência promovam o acolhimento, garantia ao direito de desenvolver a aprendizagem e o bem-estar dos alunos com autismo oportunizando uma vivência escolar digna e significativa.

Assim, tal pesquisa objetiva analisar o processo de formação de professores da rede pública da educação básica no que diz respeito ao desenvolvimento de habilidades necessárias para inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA). E os objetivos específicos são: identificar os recursos e apoio disponíveis para os professores da rede pública no processo de inclusão de alunos com TEA; analisar a inter-relação entre formação inicial e continuada na preparação dos professores para inclusão dos alunos com autismo. Tal estudo inicial busca especificar problemáticas que envolvem a formação de professores que posteriormente podem ser aprofundadas em pesquisa futuras.

A justificativa desse estudo surgiu a partir das inquietações que envolvem o desenvolvimento das habilidades dos alunos com autismo na rede pública da educação básica e a formação continuada dos professores que se preocupam em oferecer um ensino significativo para o público-alvo da educação especial. Ou seja, refletir sobre a formação de professores para a inclusão dos alunos que apresentam o Transtorno do Espectro Autista (TEA) na rede pública de educação básica é uma tarefa urgente na contemporaneidade. E a escola e todos que a fazem devem assumir o compromisso com a dignidade humana para que a inclusão se efetive. Assim, além de ofertar o acesso físico à escola, é importante assegurar a esses estudantes um ambiente acolhedor, onde se sintam compreendidos, respeitados e incentivados a fazer parte do espaço escolar e que possam desenvolver as suas potencialidades.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN), de 1996, cita a educação especial como uma modalidade da educação escolar, sendo ofertada preferencialmente na rede

regular de ensino, voltada para os estudantes com deficiência, transtornos globais ou superdotação. O TEA se enquadra nos transtornos do neurodesenvolvimento, atualmente conhecido como transtorno do espectro autista, terminologia que é usada tanto na educação quanto na saúde, como podemos observar no Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (APA, 2014).

A formação continuada dos professores permite compreender melhor o contexto atual das realidades em sala de aula. Não basta apenas transmitir conteúdos, mas que nesses estudos despertem no docente a sensibilidade, a empatia e as habilidades práticas essenciais para reconhecer e atender as necessidades específicas dos estudantes com TEA, observando sempre as peculiaridades desses estudantes, o tempo e o modo deles de perceber e interagir com o meio e com os outros.

É lamentável, que em sua maioria os professores ainda se sintam despreparados em lecionar para o público-alvo da educação especial, seja por não terem recebido formação adequada, seja pela ausência de apoio institucional contínuo ou por acreditarem que esses sujeitos não conseguem desenvolver suas potencialidades. A falta de formação continuada pode gerar insegurança e, conseqüentemente, práticas pedagógicas que não atenderão às necessidades desses indivíduos, limitando a participação e a evolução dos alunos atípicos, contrariando os princípios da educação inclusiva e humanizada.

Esse tema se justifica, portanto, pela necessidade urgente de fortalecer políticas e práticas formativas que oportunize os professores acolher, ensinar, conviver com esses discentes e valorizando suas capacidades e respeitando suas limitações. Trata-se de defender uma instituição que não apenas inclua o discente na sala de aula, mas que valorize a diversidade como parte essencial de sua identidade, provendo o pleno desenvolvimento humano e a construção de uma sociedade mais justa, empática e inclusiva.

Finalmente, essa pesquisa busca contribuir para o debate sobre a relevância de uma formação docente que ultrapasse o aspecto técnico, enfatizando a dimensão ética e afetiva do trabalho educacional, substancial para que a inclusão dos alunos com o Transtorno do Espectro Autista (TEA) aconteça de maneira efetivamente humanizada.

A metodologia desse estudo é de cunho bibliográfica, buscamos embasamento teórico com leituras de livros referenciado no trabalho, redes eletrônicas entre outras fontes. Gil (2002) mostra esse tipo de pesquisa como uma das maiores vantagens, visto que, “[...] reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente” (Gil, 2002, p.45). Assim, o pesquisador consegue coletar informações sobre a situação problema sem sair para fazer visitas ao local.

2. MARCOS LEGAIS QUE PROMOVEM A INCLUSÃO DE PESSOAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS E PESSOAS COM TEA

Em Salamanca, na Espanha, entre 7 e 10 de junho de 1994, reuniram-se noventa e dois países e vinte cinco organizações internacionais numa conferência mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, reafirmando o compromisso de uma educação para todos. Esse documento é um marco para educação especial, garantindo educação para crianças, jovens e adultos com necessidades especiais no sistema regular de ensino.

O propósito da Declaração de Salamanca (1994) é promover instituições que incluam todas as pessoas com necessidades educativas especiais (NEE), aceitando as diferenças, assegurando uma aprendizagem que atenda as individualidades dos estudantes. Cita também a relevância da participação das famílias na escolarização do aluno NEE, um trabalho que deve ser compartilhado entre família e professores, competindo a família integrar socialmente seus filhos na escola. O docente e a família dos estudantes precisam se apoiarem para que o aluno NEE se adapte ao ambiente escolar.

Após a declaração de Salamanca, o Brasil instituiu e implantou inúmeros marcos legais e diretrizes em defesa e para promover o desenvolvimento das pessoas com necessidades educacionais especiais. Assim, tanto a lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN nº 9394/1996), como a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, publicada em 2008, quanto o Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei nº 13.146/2015, são exemplos da construção de uma sociedade em busca da inclusão.

Da mesma forma, a Lei 12.764/2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA), é a mais importante, pois trata dos direitos pertinentes desses sujeitos. Ela equipara a pessoa autista com uma pessoa com deficiência para todos os efeitos legais. É o que afirma o Art.1º, que são consideradas pessoas com o Transtorno do Espectro Autista aquelas que possuem síndrome clínica e apresenta as seguintes características conforme os incisos I e II:

- I-deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação sociais, manifestada por deficiência marcada de comunicação verbal e não verbal usada para interação social; ausência de reciprocidade social; falência em desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento;
- II-padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades, manifestados por comportamentos motores ou verbais estereotipados ou por comportamentos sensoriais incomuns; excessiva aderência a rotinas e padrões de comportamento ritualizados; interesses restritos e fixos. (Brasil, 2012)

Para tanto, com base nos efeitos da Lei, a pessoa autista é considerada pessoa com deficiência e quando necessário precisa de apoio especializado e adequações curriculares para que esta evolua evitando prejuízos em seu desempenho durante a vida escolar.

O autismo para chegar a um diagnóstico preciso é necessário que o indivíduo passe por várias avaliações. A história inicial do autismo atravessa as pesquisas de dois médicos, o pediatra Hans Asperger e o psiquiatra Leo Kanner (Mendonça; Silva, 2022, p.14). Mas existem diferenças nos estudos desses dois médicos. Assim, a síndrome de Asperger é um transtorno global do desenvolvimento que apresenta limitações nas áreas comportamental, social e de comunicação. “Na Síndrome de Asperger, não há comprometimento intelectual ou atraso cognitivo” (Mendonça; Silva, 2022, p.14-15). Em 1981, a psiquiatra britânica Lorna Wing atualiza o trabalho de Asperger e o aproxima ao de Leo Kanner (Mendonça; Silva, 2022, p.14).

Segundo Mendonça e Silva (2022), em 1943, o psiquiatra Leo Kanner descreveu as primeiras descrições do autismo infantil. Anteriormente, o autismo era visto como esquizofrenia. Existem especulações em afirmar que o autista vive no seu próprio mundo, onde há controvérsias, pois os pesquisadores alegam que: “[...] o autista decodifica o mundo de maneira diferente, o que limita na comunicação com o outro” (Mendonça; Silva, 2022, p.15). Eles compreendem tudo que os cercam, apesar de não saberem expressar suas emoções, sentimentos e necessidades. Apesar do cérebro neurodivergente, os autistas são seres humanos distintos e únicos podendo evoluírem com estímulos adequados e criar conexões cerebrais (Mendonça; Silva, 2022).

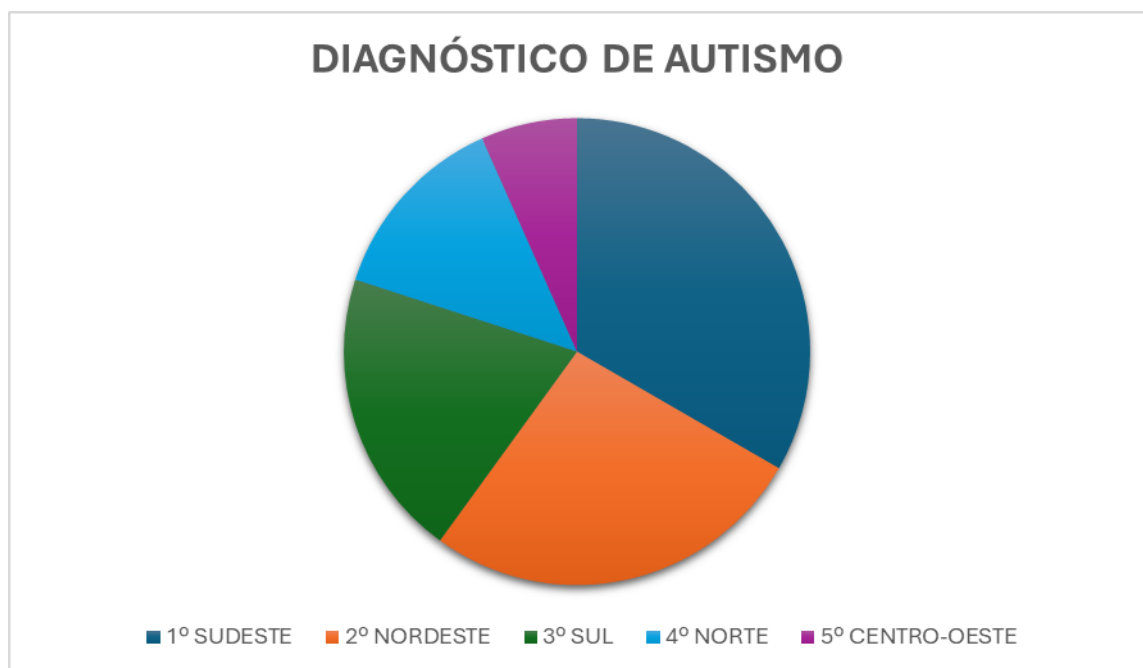
No início, sem saber o diagnóstico, a angústia toma conta das famílias. Essa investigação muda completamente a rotina, mas é libertador conhecer as limitações que impede o neurodivergente se desenvolver e interagir com o meio em que vive. O autismo interfere na vida do indivíduo como um todo, mas não o sentencia a ficar isolado da coletividade (Mendonça; Silva, 2022). Embora, aconteçam ocasiões que os autistas precisam ficar sozinhos para autorregulação, isso porque ambientes cheios de estímulos visuais e sensoriais atrapalham o próprio controle e a quietude ajuda a se reconstruir e voltar as atividades do dia a dia com mais produtividade. Geralmente, a pessoa autista desperta mais interesse por objetos do que propriamente pelas pessoas. É comum apresentarem comportamentos agressivos e diferenciar é importante, há casos dos autistas não verbal se comunicarem através do comportamento mais violento que se desorganizou por não ser compreendido.

De acordo com a agência IBGE Notícias (2025), o censo 2022, identificou 2,4 milhões de pessoas com diagnóstico do Transtorno do Espectro Autista (TEA), que corresponde a 1,2% da população brasileira. A predominância maior é entre homens (1,5%) e mulheres (0,9%). 1,4

milhões de homens e 1,0 milhão de mulheres foram diagnosticados com autismo por algum profissional da saúde. Nos grupos etários, o de maior índice foi de 5 a 9 anos (2,6%).

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE, 2025) aponta que o diagnóstico de TEA é maior entre brancos com 1,3% que equivale 1,1 milhão de pessoas. A menor concentração está entre as pessoas de cor ou raça indígenas, 0,9%. Em relação a escolarização, o IBGE informa a diferença expressiva entre homens: 44,2% dos homens com autismo estavam estudando, frente a 24,7% do total. A taxa de escolarização das mulheres foi 26,9% entre aquelas com autismo, antes 24,0% no total. Observamos no gráfico (figura 1) a seguir a concentração de diagnósticos por região:

Figura 1 – Diagnóstico de Autismo por regiões



Fonte: IBGE (2025), elaboração própria.

Ainda de acordo com as fontes do IBGE, o Sudeste concentra a maioria com um pouco de um milhão de pessoas diagnosticadas com autismo, seguido pelo Nordeste, com 633 mil; o Sul, com 348,4 mil; Norte, com 202 mil e Centro-Oeste, com 180mil. Para tanto, é significativo o número elevado de diagnósticos de pessoas com autismo, principalmente nas regiões Sudeste e Nordeste.

A região Sudeste considerada a mais rica, desenvolvida e populosa do Brasil, conta com uma educação que lidera com melhor infraestrutura, várias universidades públicas e privadas de alta qualidade. A segunda região oferta universidades federais e institutos federais (IFs) em diversos estados, mas que ainda há desigualdades e deficiências no ensino por falta de recursos. Contudo, o meio é influenciável, dependendo das condições sociais facilita o diagnóstico rápido

e o acesso a escolas bem estruturadas que contribui muito no desenvolvimento e qualidade de vida da pessoa autista.

As crises são episódios sofridos para o neurodivergente quanto para as pessoas do seu convívio. Durante o ocorrido é complexo lidar com essas instabilidades, pois são distintas o que é necessário conhecer bem o indivíduo para distinguir o que realmente desencadeou. Enfrentar não resolve o problema, visto que a empatia é um sentimento que eles não conseguem processar devido ao transtorno. No momento das crises costumam manifestar choros intensos, gritos, joga objetos. Normalmente as crises não aparecem do nada, elas acontecem dentro de um contexto que as provoca. Os gatilhos mais comuns são as críticas, fome ou mudanças na rotina que as desencadeia.

Existem três tipos de crise, uma delas é conhecida por Meltdown ou colapso mental, quando o autista fica em estado de pânico torna-se agressivo gera muito incômodo as pessoas em casa ou na escola, são os principais lugares que acontece as crises. As autoras Mendonça e Silva (2022) relatam que o meltdown é confundido com uma birra, nesse momento é necessário clareza para reconhecer o que incomoda a pessoa com TEA. É importante prestar atenção para perceber a diferença entre uma birra, uma criança que se machuca sozinha e um choro que ela faz quando quer alcançar algo.

O meltdown passa por três fases com início, meio e fim, é viável prevenir e entender os sentimentos dos atípicos, dialogar sobre as atitudes inconvenientes sobre não concordar com ele. O shutdown, em alguns casos é confundido com uma convulsão, no entanto, em alguns casos é confundido com uma convulsão, também é uma maneira que o autista utiliza para conseguir lidar em determinadas situações. E por último o burnout, se trata de uma exaustão social forte e prejudicial a vida funcional da pessoa autista, esse tipo de crise atrapalha suas vidas diárias. Dessa forma, quando o autista não descansa nesse período de regulação, o burnout pode evoluir para o meltdown.

No campo da socialização é desafiador para pessoa autista que apresenta várias dificuldades sensoriais e motoras. No caso das meninas autistas encontram barreiras ao estabelecer vínculos com os outros, mas são mais habilidosas em disfarçar suas limitações, na qual, as colegas são mais acolhedoras e colaboram nas questões comportamentais dessa maneira o indivíduo consegue aprender boas relações sociais no ambiente escolar.

É direito do autista a educação e são amparados por lei. É fato que incomoda as famílias e a escola de como a educação funciona para a pessoa autista, ela anseia por uma escola inclusiva que atenda às necessidades dos estudantes com TEA. Na realidade escolar, os educadores declaram desamparados, esgotados psicologicamente devido aos descasos em sala

de aula. Para Mendonça e Silva (2022) eles se sentem despreparados para o processo de inclusão ou que não tem interesse de conhecer, visto que, todos nós apresentamos especificidades e diferenças. Cabe ao educador criar metodologias de ensino visando a aprendizagem desses sujeitos, precisam utilizar estratégias conforme as necessidades do aluno. De acordo com a Lei nº 13.146, de junho de 2015, no capítulo IV, Art. 28 nos incisos X e XI informa sobre a formação e prática dos professores em que a:

X - adoção de práticas pedagógicas inclusivas pelos programas de formação inicial e continuada de professores e oferta de formação continuada para o atendimento educacional especializado;

XI - formação e disponibilização de professores para o atendimento educacional especializado, de tradutores e intérpretes da Libras, de guias intérpretes e de profissionais de apoio;(Brasil, 2015).

É importante que as escolas tenham profissionais capacitados para o ensino inclusivo, mas também é possível que elas organizem treinamentos internos para os professores. Assim, os educadores se sentem mais preparados e podem usar estratégias pedagógicas que ajudam no aprendizado dos estudantes neurodivergentes.

Papim (2020) evidencia que a pessoa atípica para frequentarem os ambientes sociais é preciso participarem da escola e sendo estimulados a socialização.

O professor ao se deparar com a proposta da educação inclusiva que é obrigatória ficam surpresos com tantos desafios da profissão. É importante para o aluno com TEA o desenvolvimento de suas habilidades, dessa forma, é necessário métodos e metodologias diversificadas que atenda as especificidades de cada sujeito.

A função do educador especial não é exclusivamente educar a criança com TEA, mas adequar o ensino a necessidade específica de cada sujeito. De acordo com a Resolução nº 4522, de 26 de setembro de 2024, no Art. 18 orienta sobre a função desse profissional da seguinte forma:

O professor de Educação Especial acompanha, orienta e realiza a mediação do processo de ensino-aprendizagem do(s) estudante(s) com Necessidades Educacionais Específicas, em colaboração com o(s) professor(es) titular(es) da turma e do AEE/SRM, para assegurar a aprendizagem e o desenvolvimento do(s) estudante(s). O professor de Educação Especial deverá ser alocado em sala de aula comum de escola da Educação Básica. (SEEC/RN, 2024)

Essas crianças começam sua vida escolar com o diagnóstico, apresentando individualidades que envolve o atraso mental, outras conseguem acompanhar o ensino igual as outras crianças. Portanto, a razão da utilização de estratégias individualizadas sob a orientação

do educador especial no processo de ensino e aprendizagem dessas crianças é relevante para que desenvolvam suas potencialidades sem prejuízos. (Papim, 2020)

Papim (2020) discorre sobre a importância na preparação dos professores, considerando que ela auxilia na compreensão e no manejo dessas crianças quando necessário. Este profissional que orienta a formação dos discentes enquanto sujeitos ativos. Mas, esse público-alvo exige métodos sucintos e de seus interesses para assimilar esses conhecimentos aplicados em sala de aula. As crianças com TEA tem dificuldades de interpretar os estados mentais das outras pessoas, logo não compreende seus próprios sentimentos, dessa forma, quando entram em crise, que em alguns momentos não se trata de uma birra, todavia a condição do transtorno impede de compreender o outro, praticar a empatia e responder os comandos, seria uma tarefa complexa de executar.

O diagnóstico do Transtorno do Espectro Autista (TEA), não há exames clínicos, por essa razão, o acompanhamento por uma equipe multidisciplinar, as terapias permitem reconhecer os comportamentos, uma ação difícil que necessita de várias evidências para constatar um diagnóstico preciso. Essa análise não aspira somente o comportamento do sujeito com TEA, se trata de uma avaliação integral que observa o desenvolvimento da aprendizagem, realização de entrevistas com os familiares do paciente e dos especialistas que os acompanham. A criança que possui essa condição, muda o contexto familiar completamente, na qual, os membros familiares experimentam vivências intensas que transformam suas vidas.

A autonomia é uma das propostas de diretriz do professor no processo educativo da criança com autismo. É no ambiente escolar que esses indivíduos aprendem a se socializar e a interagir com seus pares aprendendo experiências que serão significativas na independência dos próprios. Nessa perspectiva a sala de recursos multifuncionais contribui de forma complementar e suplementar no processo educacional dos alunos com TEA. Os materiais didáticos e pedagógicos são recursos que facilitaram no aprendizado destes alunos de acordo com as necessidades e potencialidades de cada estudante e os estímulos desperta no aprendiz suas habilidades cognitivas que garante a estes indivíduos independência e autonomia permitindo viverem melhor. (Papim,2020).

Papim(2020) aponta a respeito do currículo deve ser elaborado de forma que os elementos sejam úteis aos sentidos e a cognição da criança com TEA, e os objetivos seja de transformação dos comportamentos, assim terão liberdade, autonomia e qualidade de vida. Ainda no Art. 35 da Resolução nº 4522, cita a respeito da flexibilização dos currículos de acordo com as Necessidades Educacionais Específicas do estudante conforme sua organização pautada nas

Diretrizes Curriculares da Educação Básica. Neste sentido, um currículo que atenda às necessidades dos estudantes em todas as etapas, níveis e modalidades de ensino.

Ainda com base na Resolução nº 4522, de 26 de setembro de 2024 o professor da modalidade de Educação Especial acompanha, orienta e realiza a mediação dos estudantes NEE, em colaboração com o professor titular da turma e do AEE/SRM, visando à aprendizagem e o desenvolvimento através de meios que desperte o interesse do aluno com TEA a participarem do espaço educacional. Normalmente, eles se sentem inseguros em relação à aprendizagem e a organização do ensino para o estudante com TEA. Visto que, lecionar para esse público-alvo é um desafio constante. É comum acontecer no dia a dia da sala de aula o desinteresse nas aulas propostas, se desregularem e com isso prejudica todo planejamento daquele momento de estudo que foi idealizado para turma. Assim sendo, requer do profissional além da didática a empatia e conhecimentos necessários que tranquilize esse aluno e conduzindo-o a normalidade. Dessa forma, o educar apresenta fragilidades e o apoio da escola, da família e outros profissionais ajuda no controle evitando prejuízos no desenvolvimento do aluno. A construção de uma relação afetiva com o discente e a família possibilita uma interação significativa para ambos, bem como, a cooperação nos meios eficazes do aprendizado desses sujeitos.

Acredita-se que o conhecimento teórico e bibliográfico não é o suficiente para o professor da sala regular ensinar o aluno com TEA, em decorrência disso, além da orientação do currículo é conduzir esses estudantes para vida, por sua vez a escola possibilitará ao estudante com TEA transformações comportamentais, cognitivas, motoras e afetivas. A autora Mantoan (2003) defende a escola como:

[...] o ambiente mais adequado para se garantir o relacionamento dos alunos com ou sem deficiência e de mesma idade cronológica, a quebra de qualquer ação discriminatória e todo tipo de interação que possa beneficiar o desenvolvimento cognitivo, social, motor, afetivo dos alunos em geral. (Mantoan, 2003, p. 23)

É na escola por intervenção do professor da sala comum, educador especial e apoio do professor da sala de recursos multifuncionais proporcionar ao aluno com TEA a participação no espaço escolar com alunos da mesma idade construindo uma relação afetiva, quebrando barreiras e o preconceito, assim sendo essa interação possibilita a pessoa autista se desenvolver integralmente, respeitando as diferenças e igualdade de oportunidades.

A pessoa com o Transtorno do Espectro Autista precisa do apoio de um professor especial que colabora juntamente com o professor da sala regular, na qual forma uma parceria e consigam estruturar o ensino adequando a realidade desse aluno a suas necessidades especiais,

oportunizando ao aluno o desenvolvimento cognitivo, a socialização e a integração no ambiente escolar.

3. CONSIDERAÇÕES SOBRE FORMAÇÃO DOCENTE

Os professores detêm o potencial transformador que faz acontecer a educação, sendo assim, mostra que a inclusão é a oportunidade dos alunos, pais e educadores de se aliarem no progresso de uma educação aprimorada. As famílias precisam lutarem e reivindicarem por uma escola de qualidade e acessível para seus filhos, apresentando ou não deficiência, cujo problema social que afeta toda sociedade. Considerando o melhoramento das condições integral da escola, desde a estrutura e a formação especializada dos professores atuantes para que possam formar pessoas mais preparadas, sem preconceitos e livres, compreendendo as necessidades de cada sujeito no referido ambiente educacional.

Dessa forma, as escolas públicas e privadas que resolverem adotar a inclusão, devem estar aptas para o enfrentamento de grandes desafios, principalmente a formação continuada dos professores. Preparar essa categoria requer uma abordagem especial, com políticas públicas voltadas para a formação desses agentes transformadores. Sendo assim, eles podem aprimorar suas práticas de ensino e serem incluídos em uma visão de desenvolvimento integral, junto com os educadores.

De acordo com a Nova Escola, o docente deve ter um olhar não apenas para as adaptações dos planejamentos, mas dar ênfase as competências dos estudantes com Necessidade Educacional Especial (NEE), bem como a formação inicial e continuada sejam ligadas as vivências cotidiana escolar. Para tanto, a formação continuada tem como objetivo oferecer ao professor atualização e transformação na sua prática profissional, como também beneficiar no cumprimento escolar dos alunos e descobrir estratégias para lidar com os desafios do ensino e aprendizagem do aluno com TEA.

A inclusão deve acontecer na escola no todo, desde a construção do Projeto Político Pedagógico (PPP), contando com o envolvimento de toda comunidade escolar. “O projeto da escola depende sobretudo dos seus agentes, da ousadia de cada escola em assumir-se como tal, partido com sua coragem, com seu cotidiano e o seu tempo-espço” (Gadotti, 2000, p.37). Esse documento precisa ser elaborado levando em consideração a realidade dos estudantes, incluindo a diversidade cultural e o desenvolvimento global deles. Cada estudante apresenta capacidades singulares que preenche e complementa espaços, por essa razão o ensino deve ser voltado para todos sem discriminação, diversificando a prática de acordo com as necessidades específicas

dos alunos. Quanto as disciplinas poderiam ser voltadas para as vivências dos alunos, onde estes conhecimentos terão significado no seu contexto de vida na transformação dos sujeitos mais autônomos. Ao contrário de depósitos de conteúdos acadêmicos, preparando-os para futuros exames de vestibulares, já que os educandos aprendem no seu tempo, o processo deve ser compreendido pelo docente, explorando as habilidades e competências dos alunos NEE.

Talvez seja mais fácil ensinar aquele aluno esforçado, que realiza todas as tarefas solicitadas pelo docente, aquele aluno sem dificuldades de aprendizagem, com deficiência ou transtornos seria o modelo para se trabalhar em sala de aula. Os professores sentem-se despreparados para ensinar os alunos com deficiência, dificuldades em se comunicarem ou que tipo de atividades aplicar aos alunos NEE. Assim, passa de um ano após outro com déficit de aprendizagem sem desenvolver suas potencialidades. Para tanto, os humanos são surpreendentes em sua concepção, com habilidades ocultas que devem ser exploradas. A exclusão fere os direitos do público-alvo da educação especial, por essa razão o docente deve dar condições para que estes expressem o que sabe fazer potencializando suas qualidades, assim acontece a inclusão no ambiente escolar, somando a um ensino de qualidade, igual e acessível à diversidade na sala de aula, pois a diferença é o diferencial na modalidade da educação especial.

Em geral os professores que trabalham com alunos deficientes não têm formação adequada para lidar com os transtornos específicos, ao contrário, eles colaboram com sua criatividade de docente e aptos a desenvolver as especificidades destes sujeitos conforme as vivências do dia a dia no contexto escolar. Compartilhar experiências e aprender com o outro faz parte da rotina na escola. A formação continuada é relevante na carreira docente, pois capacita o educador exercendo sua prática de ensino com segurança e significado na formação dos alunos. Embora a função de professor não é conhecer o ser humano, mas estimular as habilidades dos educandos durante o processo de formação, assim confirma o autor Tardif (2020):

[...] o processo de formação visa aqui o “desenvolvimento” de uma forma humana de vida que tem em si mesma sua própria finalidade, noção que engloba, a um só tempo, os fins naturais e individuais do ser humano. (Tardif, 2012, p.159).

Tardif apresenta a formação como um processo que visa o crescimento do profissional, os estudos permitem ao professor compreender o ser humano integral, levando em conta suas necessidades naturais e objetivos pessoais. Assim sendo, o conhecimento adquirido potencializa

sua prática em sala de aula, desenvolvendo as habilidades, autonomia e independência dos alunos com necessidades especiais.

Com base na Declaração de Salamanca informa um dos maiores desafios a “formação-em-serviço para todos os professores”, tendo em vista as diversas condições de trabalho enfrentadas por estes profissionais, reforça essa formação de acordo com o nível de necessidade da escola sempre que possível seja uma formação à distância ou outros tipos, mas que os professores procurem se especializar em educação de alunos com necessidades educativas permitindo complementar sua qualificação. Ela sugere que a formação de professores, tanto inicial quanto continuada, deve abordar essas necessidades, pois se trata de um compromisso com a inclusão e a diversidade.

Numa postagem nas redes sociais feita pelo professor Fabio Flores marca as angústias enfrentadas pelos professores nos corredores das escolas, os professores sofrem com as histórias, vivências e a frequência comum de um laudo de alunos que apresentam deficiências ou transtornos.

Em sua fala aborda que, ter um laudo não significa desrespeitar colegas, atrapalhar a aula ou ignorar regras, alegando a culpa não ser do aluno, mas a falta de apoio no processo educativo, a omissão de informações e conhecimentos sobre os assuntos relacionados aos transtornos, tratamentos e estratégias de enfrentamento para as famílias, aos alunos como também toda equipe escolar. Nesse sentido, o professor Fabio Flores compara sobre ter um laudo a um mapa, quando se é compreendido fica fácil contornar a situação, porém quando é o contrário vira um caos. Ele provoca pelo fato de o aluno possuir um laudo das suas necessidades, não é suficiente. Visto que, é um ponto de partida para desenvolver as habilidades desses alunos, principalmente a escola e a família não conseguem sozinhos. No referido diagnóstico não define meios para lidar com esses sujeitos. Ele acredita que a responsabilidade ética corresponde aos profissionais da saúde, ofertando um diagnóstico orientando o que fazer com este público-alvo da educação especial. Fabio Flores faz as seguintes indagações: “como lidar. Como acolher. Como ensinar. Que tipo de suporte esse aluno precisa? O que ajuda a regular seu comportamento? O que desorganiza e o que acalma?”

Observamos que essas indagações são dúvidas dos professores ativos da sala de aula, se preocupam em dar seu melhor, sabendo que não existe uma receita, assim sendo o professor descobrira durante sua prática as necessidades educativas do aluno. É compreensível a inquietação dos professores, sentem-se desamparados com salas de aulas heterogêneas, exigências e cobranças por resultados.

No entanto o autor da postagem retrata a figura humana do professor que acredita no potencial do aluno, no qual para outros são pessoas com um CID sem capacidade para exercer funções iguais as pessoas sem deficiência. Destaca ainda o aluno não é o problema, mas esperam dos professores preparação para solucionar todas as adversidades para acontecer a inclusão, é também importante o apoio de psicólogos, psiquiatras, neurologistas que orientem, dialoguem com a escola e família, essa rede possibilita a acessibilidade do aluno na escola e desenvolver suas habilidades global.

3.1 AS ESTRATEGIAS PARA FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA O DESENVOLVIMENTO DAS HABILIDADES DE ALUNOS COM TEA PARA INCLUSÃO.

O processo de formação precisa avançar, o ensino não está adequado para evolução da pessoa autista. É importante as instituições se ajustarem as especificidades de cada estudante. Sabemos que a formação dos professores é uma das atitudes imprescindíveis. Porém, a acessibilidade, adaptações dos ambientes e as devidas ferramentas para que possam usufruir dessas vivências.

Antes da constituição federal de 1988, a maioria das pessoas com necessidades educacionais especiais ficavam de fora das escolas e os poucos que possuíam escolarização eram segregadas, ou seja, estudavam em escolas especiais, estas seguiam o currículo comum da educação nacional. Com a homologação da constituição de 1988, priorizou a escolarização dos alunos com deficiência nas escolas comuns, também garantiu o funcionamento do Atendimento Educacional Especializado (AEE), para o apoio da pessoa com deficiência na rede regular de ensino.

Na década de 1980, os alunos com deficiência eram separados para alfabetização, inseridos em classes e escolas especiais. Com o surgimento da SRM, mostrava a sociedade brasileira que as crianças, jovens e adultos com deficiência tem o direito a frequentar escolas regulares, promovendo a igualdade e prevenção de ações discriminatória, respeitando as diferenças, principalmente no espaço escolar.

O AEE consiste numa sala que dispõe de recursos multifuncionais, visando o atendimento aos alunos com deficiência. A escola que possui esse apoio é considerada inclusiva, pois dá suporte ao aluno com deficiência matriculado na sala regular. Com base na Resolução nº 04, de 2 de outubro de 2009 que norteia o Atendimento Educacional Especializado declara esse serviço de apoio pedagógico como:

Art. 2º [...] função complementar ou suplementar a formação do aluno por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem.

Parágrafo único. Para fins destas Diretrizes, consideram-se recursos de acessibilidade na educação aqueles que asseguram condições de acesso ao currículo dos alunos com deficiência ou mobilidade reduzida, promovendo a utilização dos materiais didáticos e pedagógicos, dos espaços, dos mobiliários e equipamentos, dos sistemas de comunicação e informação, dos transportes e dos demais serviços (Brasil, 2009).

Esse apoio se trata de um complemento ou suplemento no ensino e aprendizagem dos alunos público-alvo da educação especial. Funciona como dupla matrícula, o discente participa no contraturno da sala regular, pois os recursos multifuncionais e professores especializados desempenha o papel de complementação no processo de escolarização destes educandos. O professor do AEE complementa por meio da organização dos recursos pedagógicos, visando a acessibilidade, eliminando barreiras desenvolvendo as habilidades motoras e cognitivas do aluno com TEA.

Os professores do AEE e da sala regular planejam juntos, pensando no aluno NEE, traçando estratégias de ensino, de modo que estes sujeitos desenvolva a capacidade de autonomia e independência em sua vida pessoal e social. A escola exerce um papel significativo na inclusão, permite ao aluno viver com sua condição e ativo na sociedade. As adaptações dos recursos pedagógicos, participação nos projetos desenvolvidos na escola estimula a interação e interesse se sentindo pertencente aquele ambiente. Além disso, possibilita aos alunos sem deficiência aprenderem a conviverem com as diferenças, entendendo que temos direitos iguais na sociedade.

O sistema de comunicação alternativa (CA) apresenta inúmeras elementos representativos, dentre eles estão as fotografias, desenhos e pictogramas. Contudo, a relevância da CA promove estratégias e técnicas comunicativas dando autonomia as pessoas que não conseguem se comunicarem. A comunicação alternativa viabiliza pessoa com autismo compreensão e produção, na qual ambas se relacionam.

Estudos mostram que os computadores em ambientes digitais despertam interesse nos alunos com autismo, mostram-se importantes no desenvolvimento e na interação social destes sujeitos. Os recursos tecnológicos disponibilizam de ferramentas que podem explorar conforme as dificuldades do aluno com TEA, de modo que essa exploração seja voltada para o pedagógico. Uma vez que, esse público-alvo no conforto em suas residências utiliza as tecnologias com finalidades de diversão como jogos, assistir desenhos animados entre outros, assim ficando reféns da tela sem fins pedagógicos. Conforme Miranda e Galvão Filho (2012), aborda: “Uma vez que as estratégias são somadas ao poder de flexibilização, adaptação e

possibilidade de complexificação que as tecnologias digitais nos permitem, estas ajudam a promover o desenvolvimento sociocognitivo dos participantes”. (Miranda e Galvão Filho, 2012, p.233), os autores defende o uso das estratégias associadas as tecnologias digitais que permite flexibilizar e adaptar as tarefas mais complexas para alunos autistas, ajuda melhor a desenvolver os pensamentos e a interagir com os outros.

Na sala de aula o professor aprende suas habilidades de ensino. A prática define o profissional, os desafios são comuns no dia a dia do educador, mas que são necessários no seu crescimento profissional. A maneira como enfrentam os problemas faz toda a diferença. É importante ter equilíbrio e sabedoria para criar um ambiente harmonioso na sala de aula sempre que for preciso. O saber experiencial docente é construído nas rotinas, nas normas da instituição e dos conteúdos estudados. Tardif (2012, p. 108) afirma que:

Esse aprendizado, muitas vezes difícil e ligado à fase de sobrevivência profissional, na qual o professor deve mostrar do que é capaz, leva à construção dos saberes experienciais que se transformam muito cedo em certezas profissionais, em truques do ofício, em rotinas, em modelos de gestão de classe e de transmissão da matéria. Esses repertórios de competências constituem o alicerce sobre o qual vão ser edificados os saberes profissionais durante o resto da carreira. (Tardif, 2012, p. 108)

O autor esclarece sobre o aprimoramento da profissão docente, que passa pelo processo de construção de uma experiência prática se tornando fundamental para o crescimento e aprimoramento da profissão. Neste sentido, o docente através da sua experiência compreende a necessidade do aluno com TEA, buscando alternativas diversificadas e inclusivas para integrar esse sujeito nas atividades propostas em sala de aula.

As tecnologias assistivas são alternativas importantes na aprendizagem dos alunos com Transtornos do Espectro Autismo. São meios que estimula o interesse do discente, o uso de recursos repetitivos pode deixá-los entediados apresentando desinteresse e ocasionado possíveis atrasos na aprendizagem. As TA são relevantes na aprendizagem do aluno com TEA, torna as coisas mais fáceis e possíveis. Promove a acessibilidade para que estas pessoas tenham autonomia, comunicar-se executando tarefas diárias com mais independência, garantindo qualidade de vida e menos barreiras.

As tecnologias assistivas amplia as habilidades do aluno NEE, podendo ser encontradas em softwares e equipamentos tecnológicos. Neste cenário, existe inúmeras ferramentas que facilitam a comunicação e autonomia da pessoa autista. Dentre essas opções, está o

Proloquo2Go³, que usam símbolos, imagens ou textos que auxilia na comunicação das pessoas autistas que não falam; o Boardmaker⁴ cria quadros de rotinas visuais ajudando na compreensão do neurodivergente a se organizar no seu dia a dia e o PECS (Picture Exchange Communication System)⁵ utiliza a troca de imagem para facilitar a comunicação. Esses são algumas ferramentas que ajudaram na comunicação, interação aprendizagem do estudante com TEA, modificar a rotina de estudos desses indivíduos possibilita um aprendizado mais significativo no seu processo de formação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O referido estudo por meio das teorias dos autores permitiu colhermos os conceitos anteriores e atuais no processo de evolução do Transtorno do Espectro Autista (TEA), bem como nas descobertas da preparação dos professores da educação básica da rede pública. Nas pesquisas com base nas vozes desses autores aponta a importância desses profissionais e as instituições educacionais se adequarem à deficiência do aluno, para que estes aprendam conforme suas necessidades específicas. Tendo um olhar individual aqueles que apresentam deficiências e outros transtornos como seres humanos com direitos iguais e não pelas suas diferenças. Contudo, a pessoa autista consegue desenvolver suas habilidades motoras e cognitivas, mas é imprescindível proporcionar estímulos tanto na escola como pela família e profissionais da saúde. Embora, ainda existe barreiras que impede a pessoa com TEA usufruir de ambientes sociais, que proporcionem mais acolhimento, despertar nesse sujeito a convivência melhor em sociedade com respeito e igualdade.

A escola inclusiva disponibiliza uma equipe organizada e preparada que acolha e tenha empatia, despertando nesse aluno o interesse em aprender. Uma educação inclusiva que oportuniza conviver e aprender a mesma educação voltada para as especificidades do aluno NEE. Ofertando estruturas físicas adaptadas e a utilização de recursos pedagógicos

³ É um App para ajudar pessoas a se comunicarem e no desenvolvimento da linguagem. Indicado para crianças, adolescentes e adultos que necessitam de ajuda na comunicação. Pessoas com autismo e outras deficiências usaram com sucesso. Disponível em: <https://patient-innovation.com/post/1139?language=pt-pt>. Acesso em 17 ago. 2025

⁴ Uma ferramenta que permite construir os recursos de comunicação e aprendizado para o aluno que necessita em cada fase do desenvolvimento educacional. Esse programa de computador possui uma biblioteca de símbolos PCS e várias ferramentas que permitem a construção de recursos de comunicação personalizados. Disponível em: <https://visaoautista.blogspot.com/p/software-boardmaker.html>. Acesso em 17 ago. 2025

⁵ Se trata de um sistema de comunicação por troca de figuras, ajuda pessoas de várias idades que não conseguem serem compreendidas através da fala ou possui fala muito limitada, o PECS é uma comunicação aumentativa e alternativa. O PECS foi desenvolvido nos EUA há 33 anos. Seus criadores, Andy Bondy e Lori Frost, donos da empresa Pyramid Consultoria Educacional, no Brasil. Disponível em: <https://www.canalautismo.com.br/numero/004/pecs/>. Acesso em 17 ago. 2025

diversificados que facilite a assimilação dos conteúdos propostos em sala de aula, também o uso das tecnologias assistivas para ajudar na aprendizagem através de aplicativos e softwares, despertando mais interesse no estudante.

Compreendemos a importância da formação continuada dos professores, possibilita ao docente mais segurança em aprimorar sua prática para inclusão dos alunos com TEA. Oferecer um ensino de qualidade oportuniza ao aluno independência, autonomia e qualidade de vida. No dia a dia em sala de aula é comum o aluno apresentar seus momentos de crise, faz parte da deficiência, nesse processo o aluno necessita de ajuda para se regular, criar rotinas e empatia para que esse aluno não seja prejudicado em sua escolarização.

Desde a origem da educação constituiu-se a segregação de alunos que apresentava qualquer tipo de deficiência. Por essa visão, essas pessoas foram afastadas da escola e da sociedade, sendo obrigadas a ficarem em casa ou até mesmo vivendo de maneiras desumanas em algumas situações. Ao longo dos anos através de muitas lutas, conquistaram seus direitos no campo da educação inclusiva, amparados pelas leis, criação de políticas públicas que viabilizaram segurança e acessibilidades aos seus direitos como cidadãos, apesar que ainda existe dificuldades que precisam melhorar para que estas pessoas tenham mais oportunidades para uma vivência respeitada e digna.

Todavia, esse estudo tem o propósito de mostrar a importância da formação continuada do professor da rede pública para que possam aprimorar as habilidades dos alunos autistas no processo da inclusão. Essa verificação é fundamental no levantamento de debates relacionado a esse tema que ajuda a aprofundar o conhecimento sobre o preparo dos docentes. Espera-se que os resultados desta pesquisa possam inspirar a apoiar futuras investigações sobre a formação docente voltada a inclusão de alunos com TEA, contribuindo para a construção de uma escola mais acolhedora, respeitando as diferenças e acessível a todos.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION (APA). **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5)**. Tradução Maria Inês Corrêa Nascimento [et al.]. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014. Disponível em: <https://membros.analysispsicologia.com.br/wp-content/uploads/2024/06/DSM-V.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2025.

BRASIL, **Lei nº 13.146**. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da pessoa com deficiência). Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2015. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/513623/001042393.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2025.

Gil, Antônio Carlos, 1946. **Como elaborar projetos de pesquisa**/Antônio Carlos Gil. - 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002

_____. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Inclusiva**. 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducacional.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2025.

_____. **Lei nº 12.764**, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Diário oficial da União, Brasília, DF, 27 dez. 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/12764.htm. Acesso em: 17 jun. 2025.

_____. **Lei nº 9394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 20 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/9394.htm . Acesso em: 23 de jun. 2025.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB nº 4**, de 2 de outubro de 2009. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 17, 5 out. 2009. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf . Acesso em: 06 jun. 2025.

FLORES, Fabio. Laudo não é álibi. Instagram, [texto] publicado em: 13 maio 2025. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/DJmymBKRSFr/?igsh=ZDR5bnRjajJ2MzBv>. Acesso em: 20 maio 2025.

GADOTTI, Moacir. **Perspectivas atuais da educação**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MENDONÇA, Sophia; SILVA, Selma S. **Diversos diálogos: autismo(s), meios e mediações**. Belo Horizonte, MG: Fafich / Selo PPGCOM/UFMG, 2022.

MIRANDA, Terezinha Guimarães; GALVÃO FILHO, Teófilo Alves (Orgs.). **O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares**. Salvador: EDUFBA, 2012.

NOVA ESCOLA. **Educação inclusiva: desafios da formação e da atuação em sala de aula**. São Paulo. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/588/educacao-inclusiva-desafios-da-formacao-e-da-atuacao-em-sala-de-aula>. Nova Escola. Acesso em: 14 jun. 2025.

PAPIM, Angelo Antonio Puzipe. **Autismo e Aprendizagem: Os desafios da Educação Especial**. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2020.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, DO ESPORTE E DO LAZER (SEEC/RN). Portaria-SEI nº 4522, de 26 de setembro de 2024. Institui diretrizes para a modalidade Educação Especial Inclusiva, na Educação Básica da Rede Pública de Ensino do Estado do Rio Grande do Norte. **Diário Oficial**: Rio Grande do Norte - RN, ano XCI, nº 15762, 27 set. 2024. Disponível em: <https://deirn.sdoe.com.br/diariooficialweb/#/checar>

autenticidade?codigo=EJOB9RGXDQ-B9AN93PULA-P2TH9ZW2VI. Acesso em: 08 maio 2025.

SIQUEIRA, Breno. Censo 2022 identifica 2,4 milhões de pessoas diagnosticadas com autismo no Brasil. **Agência IBGE Notícias**. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/43464-censo-2022-identifica-2-4-milhoes-de-pessoas-diagnosticadas-com-autismo-no-brasil>. Acesso em: 25 maio 2025.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Maurice Tardif. 14. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e Enquadramento da Acção**: Necessidades Educativas Especiais. Salamanca, Espanha, 7-10 de Junho de 1994. Disponível em: [https://pnl2027.gov.pt/np4/%7B\\$clientServletPath%7D/?newsId=1011&fileName=Declaracao_Salamanca.pdf](https://pnl2027.gov.pt/np4/%7B$clientServletPath%7D/?newsId=1011&fileName=Declaracao_Salamanca.pdf). Acesso em: 30 abr. 2025.